

Acerca do integralismo lusitano

VI

Nacionalismo e internacionalismo

O internacionalismo estaria implícito, a crer os reaccionários, nas concepções fundamentais da democracia; e essa pretensão é justificada, se se entende por internacionalismo, não a negação pura e simples das nacionalidades, mas a criação duma consciência, duma vontade e dum direito supra-nacionais que ponham termo ao estado da guerra entre as nações e instituem as pátrias em servidoras do mesmo ideal humano. Essa pretensão é justificada porque às ideias basilares da democracia repugna fundamentalmente a concepção dum nacionalismo estreito: a sua própria racionalidade exige que transcendam as fronteiras das nações e façam de cada democrata um «cidadão do mundo». De facto, elas não são «verdades francesas» ou «lorenas», como as de Barrès; são verdades humanas. E' como homens, e não como alemães, franceses ou portugueses, é por participarmos da humanidade, e não da pátria, que nos sentimos livres e iguais. A natureza racional dessas concepções impede, pois, que as mutilemos, ou restrinjamos a sua esfera de aplicação. Pelo simples facto de se enunciarem, elas afirmam já a humanidade como um facto, elas tendem a criar uma aspiração social comum e uma maior pátria comum.

Eis-nos, pois, fixados quanto à *catolicidade* ou universalidade das aspirações democráticas. Não seria, porém, justificada a pretensão dos reaccionários se a êste internacionalismo, que não destrui as pátrias, mas as conserva para as fazer servir o mesmo largo «patriotismo humano», se substituísse a concepção eliminatória de toda a ideia particular de pátria. Assim definido, é evidente que o internacionalismo se pode conciliar com a democracia; mas nenhum princípio lógico nos obriga a identificá-lo absolutamente com ela. Pode-se ser democrata, e ao mesmo tempo tão patriota como os mais patriotas dos integralistas: simplesmente nos é vedada, se queremos ser conseqüentes, toda a ideia de nacionalismo agressivo.

Não fizeram os integralistas esta elementar distinção. O seu sistema usual de crítica consiste precisamente em confundir todas as doutrinas sociais anti-reaccionárias, de maneira a transpôr uma opinião particular em doutrina universal da democracia. A sua dialéctica é assim um tecido constante de sofismas, em que se toma a espécie pelo género, o acidente pela essência, o determinado pelo indeterminado. Não há nada mais fácil que ter a ilusão de se reduzir à impotência um adversário quando se começa por ignorar o seu próprio pensamento.

Os avançados teriam como um dos seus fins, diz-se num dos catecismos integralistas, «a unificação de todas as nações numa só, a que chamam Humanidade. Para se conseguir êsse fim é necessário destruir todas as fronteiras e criar entre todos os homens uma solidriedade tão perfeita como

se fôssem irmãos. Este sonho, porém, é tudo quanto há de mais anti-natural e inviável. A demonstração é fácil.

«Em primeiro lugar nós sabemos que não há dois indivíduos iguais, física ou moralmente... Transplante-se agora êste modo de ser moral e físico para as *regiões*, e verificar-se há que os resultados são os mesmos. Nunca o temperamento dum algarvio, por exemplo, foi igual ao dum minhoto, como nunca um beirão foi igual a um estremenho. Outra verdade irrefutável, a que ninguém se lembrará de opôr argumentos. Alargue-se agora êste modo de ser das *regiões* para as *nações*, e os resultados são iguais: os espanhóis são diferentes dos alemães, dos russos, dos ingleses, dos belgas, como nós, portugueses, somos diferentes de todas essas raças. Não há povos iguais. Como pode então fazer-se a fusão de todos os povos numa nação só, a que se chama a *Humanidade*?» (Monsaraz, *Cartilha do operário*, p. 11).

A demonstração é fácil, afirmam os integralistas. Será, mas o seu conteúdo e «aparelho» dialéctico parecem encaminhar-se precisamente para a conclusão contrária. Se a realidade irreductível que o internacionalismo encontra diante de si é o facto de os povos serem diferentes, como é que essa realidade se acha demonstrada, ou mesmo esclarecida, pelas desigualdades entre os indivíduos ou as regiões? Tal afirmação poderia ser feita *d'emblée* e sem recorrer a qualquer espécie de analogia: é uma verdade de facto que ninguém se prestaria a contradizer. O recurso às analogias individuais ou regionais conduz, pelo contrário, inevitavelmente o espírito a concluir o carácter lógico do internacionalismo. Pensa-se naturalmente: como as diferenças entre os indivíduos não impedem a sua reunião em províncias, e as diferenças entre estas a sua reunião em nações, do mesmo modo as diferenças entre as nacionalidades não devem constituir um obstáculo à formação duma comunidade internacional. É para esta conclusão insofismável que concorrem logicamente as peças do raciocínio integralista: na verdade êles procedem como se tivessem no pensamento a justificação do internacionalismo.

Depois o internacionalismo não toma naquele texto o seu sentido mais geral. Confunde-se a espécie com o género. A maior parte dos internacionalistas não pensa em fusão, mas em federação. Partem do princípio de que, diferentes como são os homens, há todavia entre todos êles ideias, sentimentos e interesses comuns, sendo, pois, necessário que alguma instituição organize essas ideias, satisfaga êsses sentimentos, defenda êsses interesses. Não querem a humanidade como conceito puro, vivendo duma simples existência ideal, num mundo de vazias abstracções; querem que a êsse conceito corresponda uma organização efectiva, que a humanidade seja em acto e em presença, realizada e não

apenas concebida. Anima-os uma grande sede de organização, a ideia prática de não deixar nada à aventura, nem no domínio das coisas nebulosas. Querem tornar a sociedade o mais possível orgânica e económica, sem conflitos nem desperdícios, realizando a *ordem* suprema. Como já tive ocasião de dizer, a ideia de *ordem* é a ideia-mãe de todo o socialismo.

A criação duma «ordem humana», duma Pátria internacional, não destrói as pátrias particulares, como a criação duma «ordem nacional» não destruiu os indivíduos que constituem as nações. Ela é, pelo contrário, a garantia completamente eficaz da sua existência. O estatuto jurídico supra-nacional terá os efeitos do estatuto jurídico nacional: assegurará os direitos legítimos de todas as nações, isto é, todos os direitos que se não oponham aos direitos comuns e aos interesses comuns da humanidade. Terminará assim o regime, aliás, inteiramente fictício, da soberania nacional absoluta; mas terminará da mesma forma o regime da violência e da agressão, ou o da «protecção» dos pequenos Estados pelos grandes. Nas circunstâncias actuais os povos mais fracos estão sempre sujeitos às surpresas da força e da audácia, e para se premunirem contra elas, mister lhes é sacrificar em alianças com as grandes potências uma parte considerável da sua soberania. Para maior proveito da humanidade? Não, para benefício exclusivo dessas grandes potências. Os internacionalistas querem terminar com estas violências e estes vexames, estas soberanias irrisórias, estas esferas de influência, estes particularismos hostis, estas combinações frustres ou artificiais: para toda a nação o direito de viver em liberdade e dignidade, com a condição essencial de não lesar os interesses humanos. As nações não devem ser soberanas na sociedade mundial senão na medida em que os indivíduos o são na nação. Não há ordem possível, nem organização possível do mundo, nem criação possível duma moral humana, sem a renúncia definitiva a essa fantasmagoria jurídica da soberania nacional absoluta. Desejar, pois, como os integralistas, o prosseguimento dos nacionalismos irreduzíveis e do estado de guerra entre os povos, será defender uma doutrina consagradora dos «imperialismos», não será nunca, em caso algum, uma doutrina conservadora de todas as pátrias. A atitude «guerreira» dos nossos reaccionários lembra a dos cordeiros que, em face dos lobos, se pusessem, como Zarathustra, a cantar o louvor da força. «Meus irmãos — diriam eles — os cordeiros foram feitos para a guerra!» Que os pobres animais não continuem a cantar, com tanta ingenuidade, o triunfo da guela que os há de engulir...

O erro implícito em todas estas doutrinas anti-pacifistas está em se conceber o patriotismo como fundado na *oposição* entre o interesse duma pátria e o de todas as outras, e em não se conceber outra espécie de glória, sempre que a existência histórica duma nação está em causa, senão a glória militar. Mas a ideia de oposição, de luta, de antagonismo, tem-se vindo substituindo na consciência social a ideia de cooperação e de serviço; e todos os espíritos concebem hoje muitos mais caminhos para a glória que os que são juncados de cadáveres. Uma pátria será tanto maior o mais bela, não quanto mais prejudicial e inumana for para as outras, mas quanto mais tiver feito por elas, quanto mais tiver servido a causa comum da humanidade. Assim, quando pensamos na glória duma nação, não invocamos as suas batalhas e os seus guerreiros, mas invariavelmente pensamos nos nomes dos grandes poetas, dos grandes sábios, dos grandes inventores, de aqueles que contribuíram para aumentar o património do mundo em ciência e em beleza. Não é com Jena, com Austerlitz que vence a França, mas com Hugo e

Pasteur. Kant, Goethe, Röntgen, Einstein valem mais, aos olhos de todos, que Sadowa e Sedan. E em Camões, a mão sagrada para Portugal e para o mundo não é a que teve a espada, mas a pena. São homens assim, criadores de vida, e não semeadores de morte, que ganham as batalhas que nenhuma vitória futura destruirá. Sempre, pois, que, esquecendo o conflito das ideias políticas, pensamos como homens dentro da humanidade, e concebemos em si mesma a glória duma nação, procedemos todos como internacionalistas, consideramos a glória, por assim dizer, *sob specie humanitatis*; como se afinal para todos nós o interesse supremo de cada pátria e o seu mais belo título de glória consistisse em mostrar que é para o bem do mundo que ela existe.

Contra os partidários do nacionalismo estreito e do vago, «caótico» internacionalismo, sustentamos que patriotismo e cosmopolitismo se podem conciliar, melhor ainda, que se auxiliam mutuamente. Num artigo da *Alma Nacional*, em Março de 1910, afirmámos, contra aqueles, que amamos tanto mais a nossa pátria quanto mais nela pomos de universal, e contra estes afirmámos que o amor só pode dilatar-se e sublimar-se por uma série de experiências concretas e de descobertas sucessivas: ele alargar-se hia por ondas concêntricas, como as que faz uma pedra ao cair na superfície dum lago. É impossível amar um ser sem que ele se torne um centro de simpatia universal: as próprias florinhas do campo e as estrelas são amadas em todo o amor verdadeiro. É impossível amar uma grande ideia sem que esse amor se aplique a todos concretos e a seres limitados, sem que as nossas fibras hajam estremecido ao contacto do mais próximo e do mais imediato: só o amor do limitado nos pode iniciar no amor do universal. E por outro lado o amor duma ideia, a ligação dum sentimento particular a um sentimento mais geral fortifica e sublima aquele sentimento. Tivemos o prazer de ver defendidos os mesmos pontos de vista por dois pensadores franceses em obras publicadas ulteriormente ao aparecimento daquele artigo: um Fouillée, na sua *Démocratie politique et sociale en France* (1910); outro Rauh, nos *Études de morale* (1911). Escreve aquele: «C'est une loi psychologique que les sentiments vont du concret à l'abstrait, du particulier au général. L'amour de la famille est donc une nécessaire initiation à celui de la patrie, l'amour de la patrie est une nécessaire initiation à celle du genre humain. (1)» Fouillée atende apenas a um aspecto da questão; Rauh é mais compreensivo: «Non seulement il n'y a pas de raison d'abandonner... l'idée internationaliste, mais cette idée et l'idée nationaliste peuvent s'aider l'une l'autre... Étant donné que la patrie existe, on peut dire qu'elle servira à développer des sentiments plus généraux. Il n'y a donc aucune raison de rejeter l'homme en dehors de la tradition nationale. Au contraire, il semble que l'homme habitué à se détacher de lui-même devienne plus apte à concevoir le sentiment international. Inversement, une idée qui dépasse le sentiment patriotique est un moyen excellent de le développer. C'est une loi de psychologie courante qu'un sentiment individuel se fortifie en se reliant à un sentiment plus général... Un homme qui croit défendre une idée en défendant son pays a plus de force.» (2)

Mais ainda: se há país em que o internacionalismo constitui o próprio veio das mais altas tradições nacionais, esse país é precisamente o nosso. Foi porque descobrimos o mundo e nos demos ao mundo, porque por ele nos andámos «repartindo», porque comungámos no universal, que Portugal

(1) Fouillée, *La Démocratie politique et sociale en France*, p. 88.

(2) Rauh, *Études de morale*, p. 331.

existe ainda hoje na história. O nacionalismo português desconhece, pois, com os verdadeiros interesses da nacionalidade, que apenas se coadunam com um estado de paz internacional, as mais belas e gloriosas tradições nacionais, que fôram sempre as cosmopolitas. Sermos internacionalistas constitui, pois, para nós, em tudo e por tudo, a única maneira de guardarmos para com o espírito da nossa pátria uma inteira fidelidade.

Dito isto, está dito o essencial. Porque, depois de tão duras experiências, e da lição da última guerra, só um sorriso pode acolher a doutrina integralista segundo a qual a guerra fôra criada «para nos purificarmos no sangue e no fogo» (Rolão Preto, *A Monarquia é a restauração da inteligência*, p. 8) e que é ela «na verdade, a grande escola da virtude e do sacrifício», devendo ter o primeiro lugar na consciência de cada cidadão» (Almeida Braga, *Monarquia*, n.º 75). Estas coisas enormes já hoje se não contradizem: seria duvidar da inteligência do leitor supôr que não é capaz de encontrar por si mesmo o comentário adequado.

Se, deixando a esfera do ideal, nos colocamos no domínio das realidades, veremos que são os próprios interesses económicos que abatem cada vez mais as fronteiras das nações. O mal-estar dum membro social repercute-se imediatamente, no estado actual do mundo, sobre todo o corpo social. Condena-nos a necessidade a sermos irmãos siameses; somos obrigados à fraternidade pela própria natureza das coisas. Terminou a lei do isolamento; vivemos, quer queiramos quer não, sob a lei irremessível da solidariedade. A fraternidade ou a morte; a paz ou a miséria; a federação humana ou a ruína da civilização humana, tais são os dilemas que nos põe o estado actual do mundo. Desconhecer isto ou proceder como se o desconhecessemos, é querer fechar os olhos às realidades ou atirar-nos de cabeça para o abismo.

Significa isto que devemos querer o nosso país desar-

mado ante uma Europa armada? Ou que sendo o nosso território invadido ou o património nacional ameaçado, cruzemos os braços em obediência a um pacifismo contraditório? Significa isto que, quando uma nação queira pôr em prática (como foi o caso da Alemanha) os seus sonhos de domínio universal, hajam as pátrias de curvar a cerviz como servidoras incondicionais do ideal cosmopolita? Não é isso que está no nosso pensamento. Dos pacifismos à Ro-main Roland se alimentam na verdade todos os imperialismos. Não se trata de oferecer a outra face, como Cristo, mas de impedir por todas as formas a agressão e a violência. Aconselhar a inércia perante a guerra ofensiva é trabalhar para a sua vitória; é fazer o jogo dos guerreiros; é, no fim de tudo, combater pela perpetuação da guerra. *A luta defensiva é, pois, o único procedimento que se coaduna com o ideal pacifista*: também ela, impede, a seu modo, o triunfo da violência.

É este o pacifismo que o escritor defende e pratica. Se, porém, o país em que nasceu intentasse agredir qualquer nação, êle saberia resistir aos impulsos do nacionalismo criminoso; e como aqueles altos espíritos que na Alemanha em guerra fizeram ouvir a sua livre voz de verdade sobre a fúria das paixões, diria as palavras humanas de condenação e justiça. É que o seu patriotismo faz-lhe apenas desejar que a sua Pátria aumente o património de tôdas as Pátrias; que ela seja, não a mais odiada ou a mais temida, mas a mais digna de ser amada; que sirva, melhor que todo o mundo, o interesse do mundo. Êle está pronto a proster-nar-se ante o altar da pátria; mas com a condição de que o incenso que nele se queime se erga em holocausto da universal humanidade.

RAÚL PROENÇA.

Segue-se: O SUFRÁGIO E A COMPETÊNCIA NA DEMOCRACIA.